

A OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS JCA¹ E IEG²: UMA VISÃO DA ACADÊMICA DE GEOGRAFIA QUE PARTICIPOU DO MOVIMENTO

Sthefani Amâncio do Nascimento¹

Elisabete Tomomi Kowata²

¹ Graduanda do curso de Geografia do Campus Anápolis de CSEH/UEG.

² Docente da Universidade Estadual de Goiás/CCSEH e tutora da bolsista permanente.

Introdução (Problemática e Objetivos)

Este trabalho tem por finalidade apresentar um relato de uma acadêmica do curso de Geografia que participou do movimento de ocupação das Escolas JCA e IEG contra as organizações sociais (OSs), que se deu por chamamento por meio do edital para a seleção das OSs que na verdade significa transferir a gestão de escolas públicas para uma organização social, ou seja, empresários contratados para administrar o sistema educacional público estadual. A atual gestão do Estado, representado por então governador Marconi Perillo pretende passar 200 escolas para a administração de OSs, por meio de decreto, sem consulta pública à comunidade escolar.

Referencial Teórico

Uma das primeiras escolas de Goiânia que estava na lista das OSs foi o Colégio Professor José Carlos de Almeida que está fechada desde 2014 para reforma e desde então ela não conseguiu retomar suas atividades. Como consequência os alunos ali matriculados tiveram que se matricular em outra “escola” até mesmo longe do local em que moravam, gerando um aumento de alunos na sala de aula e houve também o aumento da evasão escolar.

Com a implantação das organizações sociais ocorrerá a falta de profissionais da área de educação, redução de custos no investimento de recursos humanos e de infraestrutura. Por exemplo, no Estado de Goiás, o último concurso para a educação ocorreu em 2010; há mais

¹JCA – Colégio Professor José Carlos de Almeida

²IEG – Instituto de Educação de Goiás

de 5 anos que não se realiza esse concurso no estado.

Por outro lado, um dos argumentos utilizados para a implantação das OSs é que teremos uma escola competitiva igual a das escolas particulares.

Porém, ao implantar as OSs nas escolas, alterariam a situação do piso salarial dos professores estabelecido pela lei 11.738/08 (SINTEGO, s/d, p. 9), e o aprimoramento profissional da categoria pela lei 13.909 (CCTEG) seria outra consequência caso as OSs assumam. Os benefícios como o quinquênio, percepção adicional salarial e a licença prêmio, outro direito garantido aos professores concursados e os servidores administrativos seriam excluídos.

Com as OSs também não haverá motivos de realizar concurso público na área da educação estadual e a contratação será por meio da consolidação das leis trabalhistas (CLT), que não é tão viável forma de trabalho para a categoria. As organizações apenas facilitariam a corrupção, porque qual empresa não visa fins lucrativos?

Com a terceirização, a empresa acabaria ganhando mais dinheiro por aluno, afinal a responsabilidade do custeio das despesas da educação deveria ser do estado.

Diante disso aconteceu a proposta de terceirização, que o ministério público revogou por meio do edital das OSs, porém o colégio passou por uma intervenção, inserindo-se uma base militar no interior do ambiente escolar. Aproveitando essa mudança, a Assembleia Legislativa de Goiás aguardou o período das férias para decretar a mudança do nome de uma das escolas mais tradicionais de Goiás, o Instituto de Educação de Goiás (IEG). Com esta mudança o colégio passaria a ser chamado Escola de Educação Antônio Caiado.

Ao voltar as aulas, os estudantes se reuniram e decidiram por greve estudantil por tempo indeterminado. Venceram. O IEG só se chama ainda hoje IEG por conta da luta dos estudantes. Quase 50 anos depois, o Instituto corre o risco de ser terceirizado e ele está na lista de colégios que serão militarizados - o que o faria se chamar Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG).

Segundo depoimento dos Secundarista em luta de Goiás,

O Colégio Estadual José Carlos de Almeida, antigo Educandário Brasil Central, é uma das primeiras escolas de Goiânia, e compõe parte do patrimônio histórico goianiense. Há cerca de dois anos, a escola foi fechada sob a justificativa de reformas, cuja a conclusão jamais ocorreu. Os estudantes ocuparam a escola, reivindicando: sua abertura; a suspensão do projeto de OS unilateralmente aprovado pelo governo estadual, e sob suspeita dos Ministério Público Estadual e Federal; além de se manifestarem

contra a ampliação de escolas militares em Goiás. Após três meses de ocupação, a justiça determinou reintegração de posse, sendo necessária a desocupação da escola pelos estudantes. Disso resulta que a luta pela educação não cessará e buscará os meios mais legítimos para sua realização. Como colaboração às propostas de políticas públicas para a educação no Brasil, e como contraposição ao modelo de militarização e à proposta de Organização Social, estudantes e apoiadores elaboraram um Plano Político Pedagógico protocolado na Secretária Estadual de Educação.

Deixamos a mensagem abaixo como reflexão sobre o valor da educação, do conhecimento e o que devemos encontrar na escola no sentido de comportamentos.

Educação não é apenas passar conhecimento. Conhecimento se passa em todo lugar. O que precisa ser feito na escola é construir personalidades, passar conhecimentos como cultura. Cultura é conhecimento, mas também é feita de valores, crenças, filosofia, ciências, arte, utilização do corpo. Por que não aprendemos a paz na escola? (ROCHA, 2009).

Metodologia

Para acompanhar a luta nas escolas desempenhamos o papel de estudante universitária e apoiadora. Participamos de vários movimentos sociais, reuniões, agenda cultural e experienciamos passar algumas noites em vigília no colégio.

Registramos em fotografias a situação precária que se encontrava a escola e algumas vezes foram realizadas mutirões de limpeza e pintura para mudar a realidade que se encontrava o colégio. Observamos como a escola estava abandonada com janelas quebradas, livros esparramados se perdendo, entulhos, mato alto e piscinas com água parada.

Resultados e Discussões

As discussões das OSs são recentes, e que no momento foi revogado, ou seja, anulado até presente instância pelo Ministério Público de Goiás.

As construções e reformas do colégio IEG (Instituto de Educação de Goiás) foram finalizadas, e hoje tem um departamento reformado no pavilhão inferior do Setor Leste Vila Nova, com quatro salas exclusivas para as atividades do batalhão escolar.

Agora perguntamos, para quê? Porque a verdadeira segurança não existe em Goiás. Hoje não dá para ter confiança na segurança e o policiamento não é eficiente. Afinal, militarizar não é a solução de forma alguma. O Colégio JCA (Professor José Carlos de

Almeida) resultou até presente momento a conclusão da reforma, porém ninguém sabe informar a situação da reabertura do colégio ou se o prédio será de outra administração pública. O que podemos observar é que a falta de informação leva a várias hipóteses como o desejo de terceirizar as escolas públicas vendendo-as para as empresas privadas. O próprio Ministério Público Estadual e Federal são contra o Governo Estadual e suspenderam unilateralmente o projeto das OSs.

Conclusão

O que presenciamos junto aos estudantes secundaristas de Goiás é que a luta não tem sido nada fácil e o real motivo pela mobilização foi por uma educação pública e de qualidade.

Mesmo com o apoio dos estudantes universitários, professores e apoiadores externos, o protagonismo sempre se manteve com os secundaristas e o presenciamos empiricamente.

Com isso, concluímos que conseguimos as coisas batalhando, lutando pelos nossos direitos e melhorias, principalmente, no ambiente escolar, porque na verdade, gostar de manifestações sociais e reivindicar os direitos do estudantes contra as organizações sociais foi um aprendizado grandioso e de cidadania.

Os estudantes tiveram percepções de que não aceitariam movimentos partidários com intuítos oportunistas, porque afinal, os estudantes precisavam de apoio sim, mais os chamados “pelegos” teriam que abaixar a bandeira de representatividade política de dentro do ambiente escolar. Os secundaristas de Goiás se uniram e reunidos estão na luta para não deixar as OSs ir adiante. É de muita relevância, deixar claro que o importante foi, e sempre será a resistência para que não sejamos seres estanques.

Referências

SINTEGO. A educação direito de todos e dever do Estado. *Cartilha Garantia constitucional*, s/d.

COMITÊ CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS (CCTEG). Panfleto informativo produzido e distribuído para a sociedade, s/d.

ROCHA, Julci. *Vitor Paro falando sobre a educação* – 22/12/08. Publicado em 30 de Maio de 2009. Disponível em: <<https://julcirocha.wordpress.com/2009/05/30/vitor-paro-falando-sobre-a-educacao-221208/>>. Acesso em: 11 de agosto de 2016 às 21h14.



SECUNDARISTA EM LUTA. Página do Facebook dos Secundaristas em Luta – GO.
Disponível em: <<https://www.facebook.com/secundaristasnalutago/?fref=ts>>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.